

# Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 55 – 03 de dezembro de 2012

## PJe-JT

### PJe-JT tem boa aceitação em Varas do Trabalho

Já instalado em 145 Varas do Trabalho, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) tem tido boa aceitação entre magistrados, servidores e advogados. Nas 22 Regiões onde o sistema entrou em funcionamento, observa-se que as vantagens trazidas pela ferramenta superaram receios inicialmente existentes.

“Os servidores estão muito entusiasmados e já sentem muito desconforto quando precisam trabalhar nos processos físicos remanescentes. Os advogados estão dando prova mais do que suficiente de que o sistema é viável, o que se pode avaliar pela quantidade de processos já em andamento. Poucos encontram alguma dificuldade no início, com o protocolo das primeiras ações ou contestações, mas essas dificuldades são logo superadas, quando entendem a simplicidade do sistema”, afirma o juiz Francisco Rodrigues Barros, da 2ª Vara do Trabalho de Palmas (TO).

O juiz Marcelo Silva Porto, titular da 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul (RS), concorda. “Há uma evidente redução de estresse no ambiente de trabalho, tanto para mim como para os servidores. E 95% dos problemas que surgem são rapidamente solucionados. Além de eu conseguir acompanhar tudo do meu gabinete ou da minha casa, sete dias por semana”, diz.

Para muitos servidores, a chegada da ferramenta é uma oportunidade de desenvolver novas habilidades. “A dedicação e a atenção dos servidores ainda é a mesma, mas trabalhar no ambiente virtual é mais fácil, porque eliminamos uma série de atividades. O servidor utiliza mais o intelecto e consegue atuar com uma quantidade maior de processos”, avalia o diretor de secretaria da Vara do Trabalho de Ponta Porã (MS), Gutemberg Ferreira de Vargas Júnior.

O PJe-JT também surpreende os advogados. “Antes, eu precisava contratar advogados em Brasília para tirar cópias de alguns processos, por exemplo. Agora, com o PJe-JT, posso protocolar tudo pela internet. Tudo está mais fácil e a eficiência irá aumentar”, afirma Renato Martins Cury, advogado atuante em Palmas (TO). Saiba mais sobre o PJe-JT em: [www.csjt.jus.br/pje-jt](http://www.csjt.jus.br/pje-jt)

(Com informações do TRT-DF/TO, TRT-RS e TRT-MS)

## Notícias

### Bancos oficiais são integrados ao processo eletrônico da Justiça do Trabalho

A Caixa Econômica Federal agora faz parte do grupo responsável por desenvolver o módulo do PJe-JT que permitirá o processamento eletrônico das guias de depósitos judiciais e alvarás da Justiça do Trabalho. O acordo de cooperação técnica celebrado com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no dia 26, garante ainda o intercâmbio de informações relativas a processos judiciais de todos os 24 TRTs e do TST com a Caixa, por meio de sistema web service – mais rápido e seguro. Para o presidente do CSJT e do TST, ministro João Oreste Dalazen, o convênio é um passo importante para estabelecer a eficiência do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). “A integração do PJe-JT com os bancos oficiais é um momento importante e decisivo para a conclusão, com êxito, do processo”, destacou após assinar o documento.



Foto: Felipe Sampato / TST

Quando implantado, o módulo permitirá aos advogados utilizarem o PJe-JT, por meio de certificação eletrônica individual, para fazer o pagamento das custas processuais diretamente do escritório, via home banking. Do outro lado, a Justiça do Trabalho terá imediatamente a confirmação do recolhimento. Já os alvarás para pagamento dos créditos trabalhistas serão expedidos pelas Varas do Trabalho e encaminhados, via PJe-JT, à CEF, que fará a transferência dos valores para as contas indicadas judicialmente. Tudo em um sistema extremamente seguro.

O intercâmbio proporcionará ainda maior agilidade no trâmite dos processos em que a CEF é parte. As intimações judiciais serão encaminhadas via PJe-JT, gerando inclusive economia a partir da automação de rotinas burocráticas. O Banco do Brasil já assinou convênio semelhante. A expectativa é que no primeiro semestre de 2013 o PJe-JT esteja integrado com os dois bancos oficiais da Justiça do Trabalho.

(Rafaela Alvim/TST)

### Banco de Falência e Recuperação Judicial contribui para a celeridade processual

O Banco de Falência e Recuperação Judicial é um banco de dados que faz parte de um [acordo de cooperação técnica](#) celebrado entre a Corregedoria Nacional de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e o Tribunal de Justiça de São Paulo. Visa fornecer informações sobre a decretação de falência ou o deferimento da recuperação judicial de empresas cuja atividade econômica se concentra em São Paulo e, portanto, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 15ª Região.

A Corregedoria do Tribunal de Justiça de SP envia mensalmente para a CGJT os dados das empresas que tiveram a falência decretada ou a recuperação judicial deferida, tais como: o nome da empresa, CNPJ, a Vara de origem e a data da ocorrência. A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho divulga as informações para os juizes do trabalho, os peritos e as partes, no site do TST, na página da CGJT através do link. “[Banco de Falência e Recuperação Judicial](#)”. “O banco favorece a celeridade processual, pois evita atos desnecessários. O juiz do trabalho ou o perito tem acesso rápido a dados que diminuem as possibilidades de erro na elaboração dos cálculos, facilitando a expedição da certidão de habilitação de crédito e, com isso, diminuindo o tempo de duração processo, que é o que todos estamos sempre buscando”, afirma Adriana Campos Pimenta, juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

(Viviane Gomes/TST)

## Curso Autoinstrucional do PJe-JT

Até o momento, 12 TRTs já entraram em contato com o CSJT para utilização do curso autoinstrucional do PJe-JT em ações de capacitação. Os TRTs da 3ª Região (MG), 6ª Região (PE), 14ª Região (RO-AC) e 23ª Região (MT) estão com turmas abertas no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Conselho para treinamento a distância de servidores. Já os TRTs da 1ª Região (RJ), 4ª Região (RS), 8ª Região (PA-AP), 10ª Região (DF-TO), 12ª Região (SC), 18ª Região (GO), 21ª Região (RN) e 22ª Região (PI) solicitaram o curso para utilização como material de apoio ou disponibilização em plataforma própria. O objetivo é superar a meta estabelecida para este ano de capacitar 20% dos servidores e magistrados na utilização do PJe. Link: <http://ead.csjt.gov.br/login/index.php>

## Disponibilizados dois novos manuais

Na página oficial do PJe-JT foram disponibilizados dois novos manuais relativos ao uso do sistema, além dos produzidos pela equipe técnica. O mais recente foi redigido pelo juiz Fabiano Pfeilsticker, membro do comitê de implantação do PJe-JT na 3ª Região (MG). “Não é uma apostila que ensina como usar o PJe, mas como trabalhar no PJe”, explica. A publicação é bastante didática e pode ser baixada por qualquer pessoa. Outro manual prático disponível, produzido pela OAB de Minas Gerais para advogados, destaca o peticionamento eletrônico em diferentes sistemas, entre eles, o PJe-JT. Manuais: <http://www.csjt.jus.br/manuais3>

## TST presta homenagem a Sússekind

O TST prestou homenagem, no dia 28, ao ministro Arnaldo Lopes Sússekind, dando ao Plenário do TST o nome do jurista, falecido no último dia 9 de julho, no dia em que completaria 95 anos. Como parte da cerimônia, Arnaldo Sússekind Filho espargiu as cinzas de seu pai pelos jardins do tribunal. Leia matéria no [site](#).

## Fale com o presidente

[caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

## Expediente



### Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

### Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

### Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

### Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 55 – 03 de dezembro de 2012

### Secretaria de Comunicação Social do TST

### Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: [caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

## Novos coordenadores do Colepjecor tomam posse no TST



Tomaram posse os novos dirigentes eleitos para o exercício de 2013 do Colepjecor (Colégio de presidentes e corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho): o coordenador Tarcísio Régis Valente, desembargador da 23ª Região (MT) e a vice-coordenadora Vânia Jacira Tanajura Chaves, desembargadora da 5ª Região (BA).

O novo coordenador enfatizou os benefícios das novas ferramentas virtuais, mas destacou que é preciso refletir sobre a metodologia

de trabalho, acompanhamento dos projetos e a valorização do maior capital da Justiça do Trabalho – o elemento humano. Valente enfatizou que, com o processo judicial eletrônico (PJe-JT) haverá uma nova temática produtiva. “Vivemos um tempo de virtualização de processos, onde muitas das premissas correccionais não mais traduzem qualquer significado”. Para o novo coordenador, o sistema possibilitará que a atividade correccional assumida nova feição, voltada para atuação pedagógica e preventiva. Leia a íntegra da matéria [aqui](#).

(Ricardo Reis / RA - Foto: Aldo Dias)

## Grade curricular de cursos profissionalizantes abordará segurança no trabalho

Com o objetivo de estimular a prevenção de acidentes na busca por um trabalho seguro, temas como legislação trabalhista e segurança no trabalho deverão fazer parte dos currículos de cursos de formação profissional técnica e de educação ambiental do país. A inclusão, solicitada pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, foi atendida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que compreendeu medidas voltadas à prevenção de acidentes no ambiente de trabalho em duas Resoluções que definem diretrizes curriculares nacionais.

Com a regulamentação da Resolução nº 6/2012, por exemplo, os currículos dos cursos de educação profissional técnica de ensino médio devem proporcionar aos estudantes fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, segurança do trabalho, entre outros.

Já na área de Educação Ambiental, a Resolução nº 2/2012 estipula que as instituições de ensino devem contribuir para a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida. Veja a íntegra da matéria [aqui](#).

(Taciana Giesel/TST)

## TST e TCU firmam parceria para segurança de informações

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Benjamin Zymler, assinaram, no dia 27, “Ato de Inauguração do Data center de Replicação de Dados”. Também denominado “site de contingência”, o ato é fruto de parceria entre os dois tribunais visando à segurança de informações institucionais.

O objetivo é que todas as informações de um dos órgãos do ambiente de Tecnologia de Informação sejam replicadas ao outro e vice-versa. Assim, os dois alcançariam patamar de proteção e segurança efetiva, caso ocorra um eventual desastre que atinja suas instalações. Em abril de 2002, um incêndio atingiu quatro andares do prédio onde funciona o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) e destruiu mais de 11 mil processos. Em 2008 foi a vez do TRT da 11ª Região (AM), com incêndio atingindo justamente a Secretaria de Tecnologia do órgão, levando a perda de centenas de informações.

## Diretrizes

O presidente do TST assinou o Ato 764/2012 – considerado o marco regulatório de internet no âmbito do Tribunal. O documento estabelece as diretrizes de segurança da informação para os usuários das redes interna e externa. Entre os principais pontos estão a previsão de monitoramento e auditoria dos recursos tecnológicos e o controle de acesso ao gabinete virtual e à rede sem fio. A Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN) ficará responsável pela implantação e manutenção da política de segurança da informação do TST, por meio do controle e monitoramento de todos os acessos à rede, ao gabinete virtual, à rede sem fio e aos sistemas de bancos de dados.

(Ricardo Reis e Mauro Burlamaqui/TST)